

Apresentação

FUNÇÕES DO GERENCIALISMO NA CRISE DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO CAPITALISMO

REGINALDO SOUZA SANTOS
FÁBIO GUEDES GOMES

A Economia Política tem a tradição de analisar a anatomia dos sistemas econômicos e o seu devido funcionamento através de um olhar integrado das relações entre Produção, Distribuição e Consumo. Com base na clássica concepção de que a origem do valor das coisas no mundo econômico está assentada na quantidade de trabalho social, portanto pouca relação tendo com concepções subjetivas, tais como estimação, consideração, adoração, utilidade, etc., a Economia Política compreende ser o momento da produção o mais importante na cadeia de geração e distribuição de riqueza na ordem capitalista.

As organizações produtivas, ou firmas como se as queira denominar, são constituídas para aproveitar o que a natureza fornece em termos de matérias-primas e objetos de trabalho, que são transformados em mercadorias para comercialização. No entanto, apenas a força de trabalho empunhada pelo homem é capaz de pôr em funcionamento, com o auxílio de máquinas, equipamentos e outros instrumentos de trabalho, o processo de produção. Este processo é coletivo, mas os seus resultados não são distribuídos de maneira a atender a esse esforço coletivo de maneira equânime. O montante de valor criado em determinado processo de produção, descontando-se todos os elementos necessários ao seu funcionamento, inclusive a remuneração da força de trabalho, é absorvido conforme determina o sistema de propriedades privadas estabelecido pela ordem social, econômica e política.

É aqui que se encontra um dos pilares de sustentação e motivação do progresso capitalista: a sua natureza não é tão somente produzir mercadorias para atender às necessidades da coletividade; é produzir mercadorias

que carregam excedentes econômicos (valores), que em um processo contínuo, reproduzindo-se em escalas ampliadas, origina o movimento de acumulação e continuidade da produção em níveis mais elevados. É neste ponto que saímos da economia política, das relações sociais de produção propriamente ditas, para a administração política, onde este movimento de produção e acumulação de capital é organizado e devidamente gerido e controlado.

Portanto, a produção de mercadorias e o sistema de propriedades garantem a uma parcela da sociedade o direito de acessar a riqueza criada, com o auxílio dos que comandam os processos de produção e controlam as relações de produção, como os administradores e gerentes do capitalismo.

Nesse contexto, a força de trabalho executada pela mão de obra empregada no processo produtivo participa de duas formas: 1) transformando matérias-primas e objetos de trabalho em mercadorias, portanto criando novos valores e 2) apropriando-se de uma parcela menor desses valores na forma de salários. Nas funções de gerência e administração, encontram-se pessoas que não estão diretamente relacionadas à produção de bens e serviços, mas são fundamentais na estruturação dos processos e na sua organização.¹ Por essa razão, também recebem salários para que possam exercer suas respectivas funções e continuarem a contribuir com o trabalho social.

Ora, deste curto preâmbulo, podemos afirmar que, em termos gerais, a riqueza criada (ou excedentes produzidos) se distribuirá em duas formas de rendas: 1) rendas do capital, dos que são os proprietários dos meios de produção e responsáveis pela aquisição e compra de equipamentos: máquinas, instrumentos de trabalho e matérias-primas; e 2) rendas do trabalho, dos que são os produtores diretos dos novos valores criados e dos demais trabalhadores envolvidos mais nas esferas de gestão, gerência e administração das organizações econômicas.

Em instigante e revelador trabalho, os franceses Gerard Duménil & Dominique Lévy analisam as relações estabelecidas entre os trabalhadores

1 Aqui a teoria social crítica ainda se debruça em uma “peleja” teórica sobre o papel do trabalho produtivo, aquele diretamente responsável pela produção de valor, e o trabalho improdutivo, que não se relaciona propriamente com a transformação de recursos da natureza, ou já elaborado em mercadorias. Para nós, essa distinção se desfaz e todos os trabalhadores são considerados importantes na produção da riqueza capitalista na medida em que compreendemos essa produção sendo executada pelo esforço do trabalho coletivo; ou seja, que existe uma interdependência entre os diversos tipos de trabalho que sem ela não seria possível o processo de produção em sua noção mais sistêmica.

e capitalistas, no período da primeira metade do século XX ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial.² Para os autores, tanto os trabalhadores do chão de fábrica quanto os que ocupavam funções de gerência, estavam conciliados sob a égide e controle dos capitalistas. Apesar das importantes revoluções nas técnicas produtivas, na adoção de novos parâmetros de administração e a introdução de modelos de gestão, os trabalhadores da gerência se aproximavam muito mais dos trabalhadores do chão de fábrica na defesa de interesses comuns, reivindicação de direitos e melhores condições materiais de vida.

Evidentemente que essa simplificação encobre a complexidade do mundo das organizações, as tipologias funcionais dos trabalhadores e suas funções. Mas, no geral, no capitalismo do século XX, nos marcos do desenvolvimento dos modelos fordista e taylorista, observamos que parte da classe trabalhadora estava envolvida, direta e indiretamente, com a produção de riqueza material numa relação mais coesa, integrada sob os mesmos princípios e valores.

Por outro lado, os capitalistas mantinham relativo controle sobre os resultados da produção e criação de riqueza, mantendo os trabalhadores sob rígida disciplina organizacional, ao passo que os gerentes gozavam de certa autonomia para definir os processos, os modelos organizacionais e formas de administração. Ao mesmo tempo, no plano mais geral, as políticas do Welfare State cumpriam seus objetivos de dissipar as lutas de classes, com a expansão dos direitos fundamentais garantindo proteção e seguridade no plano social e econômico.

Entretanto, pelo menos nas últimas quatro décadas, no alvorecer do processo de reestruturação do capitalismo renovado pela ideologia neoliberal e sob hegemonia dos métodos rentistas de acumulação de capital e riqueza, tudo isso em escala internacional, as relações sociais inter e intracapitalistas se modificaram profundamente; e, com isso, a configuração de poder e a distribuição de renda e riqueza tomaram proporções inimagináveis.

Esse movimento já vem sendo analisado pelos dois autores supracitados, bem como por outros mais alinhados às perspectivas críticas ou institucionalista.³ Porém, foi com o livro de Thomas Piketty, *O capital no*

2 Gerard Duménil & Dominique Levy. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2013.

3 Por exemplo, os textos de Paul Krugman e Joseph Stiglitz assumem essa preocupação. Do primeiro pode-se destacar *A consciência de um liberal*. Rio de Janeiro: Record, 2010. Já Stiglitz discutiu o assunto em *The price of inequality*. Nova York: WW Norton, 2013.

século XXI, que a questão da desigualdade de renda foi denunciada com mais veemência e ganhou contornos de dramaticidade.⁴

Na verdade, os livros de Duménil & Lévy e de Piketty são complementares. Os dois primeiros autores se preocupam em explicar as raízes e razões da crise financeira que assolou os EUA e tragou a economia mundial, a partir do segundo semestre de 2007; enquanto Piketty enfatiza mais processo histórico de aumento das desigualdades de renda e riqueza, tomando como referência maior a América do Norte, em decorrência das diferenças entre as taxas de retorno do capital (r) e crescimento econômico (g), com larga vantagem para o crescimento da primeira.

Para os três autores, é incontestável que a ideologia do neoliberalismo que passou a ser cultuada, a partir do início da década de 1980, dos EUA para o resto do mundo, fortaleceu a capacidade de ganhos e acumulação de riqueza nos estratos mais altos das classes sociais, sobretudo na esfera dos 10% mais ricos dos EUA. Isso em detrimento dos 90% restantes da população.

Duménil & Lévy deixam muito claro que o neoliberalismo transformou o capitalismo numa ordem social que, diferentemente das características do período em que o Welfare State foi constituído, está destinada a gerar altos rendimentos para faixas superiores de renda (capital e trabalho), não para investimentos na produção, muito menos para o progresso social. Piketty é da mesma opinião: “Não podemos excluir o fato de que o aumento tendencial das desigualdades observado ao longo dos anos 1980-1990 toma proporções mais imponentes durante as primeiras décadas do século XXI”. E a conclusão é inequívoca: a sociedade norte-americana, assim como outras pelo mundo, é cada vez e profundamente mais iníqua. Em dois outros trabalhos, apontamos também esse movimento a que chamamos de *despatrimonialização social*, ou seja, o processo radical de perdas de direitos sociais e o desmantelamento das estruturas públicas de seguridade social que, em última instância, promovem uma perda relativa da capacidade de renda das classes trabalhadoras.⁵

No entanto, dois aspectos devem ser salientados: a forma como esse processo de desigualdade de renda e riqueza foi alcançado e que papel tem

4 Thomas Piketty. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

5 Reginaldo Souza Santos, Fábio Guedes Gomes, Thiago Chagas Silva Santos & Luiz Marques de Andrade Filho. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. *Anais do XVIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG/SEP, 28 a 31 de maio de 2013. Ver também Fábio Guedes Gomes. Capitalismo, crise sistêmica e desigualdades. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, n.º 15, Vitória da Conquista, Bahia: Nepaad/DCSA/Uesb, 2013.

os gerentes (trabalhadores) nesse processo.⁶ Esses dois aspectos apontam para características novas do ponto de vista do comportamento do movimento de acumulação de riqueza e das relações sociais estabelecidas no capitalismo contemporâneo.

Como analisado pelos trabalhos mencionados, o processo de desigualdade de renda e riqueza tem avançado em razão das discrepâncias entre as rendas do capital e do trabalho. Essa diferença tem aumentado extraordinariamente em favor da renda do capital porque os ganhos rentistas tornaram-se o foco central de ação dos capitalistas. É nesse movimento que os novos gestores do sistema, apesar de trabalhadores também, se aliam a esses últimos definindo uma nova ordem social na qual esses trabalhadores das principais corporações mundiais se beneficiam de elevadíssimos salários, bonificações e forte participação acionária. Portanto, uma nova ordem social destinada a gerar quase exclusivamente altas rendas para os extratos superiores da sociedade (capitalistas e gerentes), em detrimento da expansão dos investimentos produtivos e sociais.

Para termos uma noção mais geral, entre 1950-59 0,1% dos trabalhadores mais bem remunerados na economia norte-americana se apropriava de 29,3% do total dos rendimentos do trabalho. Entre 1980-2007, essa participação salta para 48,8%. Cerca de 90% de todos os demais trabalhadores se apropriam de apenas 10,2% do total dos rendimentos salariais. Em 1948, por exemplo, o salário real médio de um trabalhador comum no país equivalia a US\$ 48 mil em média por ano. Em 2009, esse mesmo rendimento médio caiu para US\$ 34 mil. Por outro lado, no nível dos executivos de grandes corporações, a média salarial anual chegava próximo a US\$ 400 mil, em 1948. Para 2009, nessa faixa salarial, o rendimento saltou para US\$ 1,1 bilhão, em média ao ano. Em 2013, os 25 gerentes mais bem pagos de fundos de investimentos receberam em conjunto US\$ 21 bilhões em rendimentos, mais que o dobro da soma dos rendimentos de cerca de 150.000 professores do nível primário nos EUA!⁷

Uma contradição básica surge da proposta do ideário neoliberal: sua defesa, mundo afora, teve como argumento central a recuperação da

6 Este ponto foi muito bem tratado por Fabrício Santos Moreira. Administradores políticos enquanto classe: um projeto de pesquisa. *Revista Brasileira de Administração Política* — Rebap. Salvador/São Paulo: EaUfba-Hucitec Editora, vol. 1, n.º 1, pp. 49-70, outubro de 2008.

7 Duménil & Lévy, 2013, p. 84. Russel Jacoby. Sobre algumas omissões de Thomas Piketty: indo mais além, com Marx. In: Silvio Caccia Brava. *Thomas Piketty e os segredos dos ricos*. São Paulo: Veneta-Le Monde Diplomatie Brasil, 2014, p. 99.

economia capitalista que enfrentava sérios problemas, segundo seus defensores, devido ao excesso de controle, regulamentações, direitos sociais e marcante presença do Estado no sistema econômico. O que observamos na realidade dos últimos anos é a verdadeira face por detrás daqueles argumentos; o que de fato aconteceu foi a recuperação dos rendimentos das camadas superiores da sociedade combinada com a tendência decrescente da participação dos salários na riqueza total e dos lucros retidos para investimentos em relação aos lucros totais, nas últimas três décadas.

O saldo total desse longo processo de reestruturação do capitalismo, na transição do século XX para o XXI, é um sistema econômico com tendência ao baixo crescimento, sistema social com elevados diferenciais de riqueza e renda e, não menos importante, uma agressão ambiental que não aponta para outra experiência histórica desse porte. Enfim, parecemos caminhar para aqueles momentos da humanidade que, se a mudança de rota não for feita, poderemos esbarrar em um enorme *iceberg* com capacidade de provocar um naufrágio de grandes proporções para nossa civilização.